*Artigo

STF E LEGALIZAÇÃO DO ABORTO.

No Brasil, o aborto é considerado um crime contra a vida humana pelo Código Penal Brasileiro, em vigor desde 1984, prevendo detenção de um a três anos para a gestante que o provocar ou consentir que outro o provoque, de um a quatro anos para quem provocá-lo em gestantes com seu consentimento e de três a dez anos para quem o provocar em gestantes sem o seu consentimento.

Hoje em dia, temos muita orientação e muitos meios contraceptivos para evitar uma gravidez, não cabe a nos tirar uma vida, toda a via a lei prevê algumas exceções, não é qualificado como crime quando praticado por médico capacitado em três situações: quando há risco de morte para a mulher causado pela gravidez, quando a gravidez é resultante de um estupro ou se o feto for anencefálico.

O que vem gerando bastante polêmica é uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em que o tribunal fez algumas alterações normativas.
A decisão da primeira turma reconhece a legalidade da pratica do aborto nos três primeiros meses (12 semanas) de gestação, criando, assim, um precedente para que juízes deem sentenças equivalentes em outros processos nestes casos tão delicados.

Juízes podem não considerar crime o aborto feito no início da gravidez mencionando essa decisão do STF, mas não estão obrigados a segui-la, podendo até mesmo alegar objeção de consciência.

Tal decisão caberá a cada um, optar pelo "SIM" da vida ou o "SIM" pela para a prática do aborto, sendo diversas as justificativas para interromper uma gestação, não é a hora, não tenho condições, o pai não quer, preciso terminar meus estudos, sou muito nova, minha mãe vai me por para fora de casa, vou ser mãe solteira, etc.

Existe, a meu ver, uma tremenda confusão interpretativa que as defensoras do aborto tendem a fazer. Acreditam que, com a legalização do aborto, as mulheres com menor poder aquisitivo seriam beneficiadas, e creio que não seja, pois as que não tem acessibilidade para fazer em "clínicas especializadas", estaria procurando as clandestina, colocando assim suas próprias vidas em risco. A legalização do aborto como solução para proteger a mulher carente de possíveis procedimentos perigosos à sua vida, não ataca efetivamente o problema e sim estaria ocasionando mais um problema!
Tantos meios e formas de evitar, seria mesmo a solução optar pelo aborto?

Jessica Costa – Acadêmica em Direito

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Vencedores do Prêmio Brasil Criativo serão conhecidos hoje

O projeto tangaraense Anjos da Lata saberá hoje se será um dos vencedores do Prêmio Brasil Criativo. O criador e coordenador do projeto, Anselmo Parabá, está em São Paulo, onde ocorrerá a cerimônia de premiação nesta quinta, 15. Ao todo 66 projetos, divididos em cinco campos de interesse da economia criativa e em 22 categorias, foram classificados para a etapa final do prêmio, entre eles o Anjos da Lata que está concorrendo no grupo 'Expressões culturais', na categoria 'Cultura Popular', ao lado dos projetos Caravana de Lendas do Tocantins e Carnaval Experiense, cuja instituição organizadora é a escola de samba Acadêmicos do Grande Rio, do Rio de Janeiro. Os grandes vencedores serão escolhidos por uma banca composta por 23 curadores. De acordo com o regulamento, para as 22 categorias indicadas haverá uma premiação com rodada de negócios entre os vencedores com fundos de investimento interessados em empreendimentos criativos e inovadores dos setores da Economia Criativa brasileira, uma premiação com horas em serviços de capacitação e mentoria.

Seletivo BBU

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres divulgou a abertura de processo seletivo para preencher 106 vagas em cargos de todos os níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior). Os aprovados vão atuar no ano letivo de 2017. As inscrições serão realizadas entre 19 e 21 de dezembro de 2016, das 08h às 11h e das 14h às 17h na Secretaria de Educação, Rua Frederico Josetti, SN, Bairro Beira Rio.

Vagas

Há vagas para Agente Operacional, Agente de Vigilância, Agente de Serviço Público, Nutrição Escolar, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Inspetor de Aluno, Técnico em Administração Escolar, Técnico em Informática, Professor Pedagogo, Professor Indígena, Professor de Matemática, Língua Portuguesa História, Educação Física e Professor de Ciências Físicas e Biológicas.

Avaliações

Os inscritos no processo seletivo serão avaliados por provas objetivas (todos) e dissertativa (professor). As avaliações objetivas serão aplicadas na data prevista de 15 de janeiro de 2017, turno da manhã, a partir das 08 horas. Os gabaritos serão disponibilizados no mesmo dia. O resultado será divulgado no dia 24 de janeiro de 2017. A validade do processo seletivo é de 12 meses.

Natal Seguro

O secretário de Segurança Pública, Rogers Jarbas, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Jorge Luiz de Magalhães, lançaram na manhã de ontem, 14, em Cuiabá, a 'Operação Natal Seguro'. A partir desta quarta-feira até o dia 2 de janeiro de 2017, mais de 3 mil policiais estarão nas ruas em todo o Estado reforçando as ações preventivas e de repressão à criminalidade. (Mais na Página 07)

*Bastidores da Política

Suspensão

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres suspendeu o processo licitatório destinado a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário. Conforme o DS já havia divulgado, o resultado da licitação sairia ontem, 14, entretanto, um mandado de segurança foi impetrado na Justiça e em cumprimento da liminar, o processo acabou sendo cancelado até então.

Reforma Tributária

O Governo do Estado e a Assembleia Legislativa (ALMT) receberam, nesta terça-feira, 13, as entidades que representam o setor do comércio em Mato Grosso. A agenda teve como objetivo debater os pontos da minuta do projeto da Reforma Tributária que viabilizam a aprovação ainda este ano. Na ocasião, o setor protocolou um documento com as sugestões apontadas.

Sugestão

Dentre as propostas apresentadas pelo segmento está a redução da alíquota interna do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em 14% e a revisão dos prazos para a implantação do novo modelo tributário. A sugestão é de que a reforma vigore apenas em 1° janeiro de 2018 e as leis setoriais sejam discutidas no primeiro semestre de 2017.

Reformulação

A minuta do projeto da Reforma Tributária, proposta pelo Executivo, visa reformular a legislação do ICMS do Estado de Mato Grosso de modo a adequá-la às regras previstas na Constituição Federal, buscando simplificação, melhoria no processo de interpretação das normas tributárias, além de justiça fiscal e equidade entre contribuintes.

Requereu

Professor Sebastian (PSB) encaminha esta semana ao Poder Executivo Municipal requerimento solicitando informações sobre mobílias adaptadas para pacientes com deficiência. O vereador quer saber da Secretaria Municipal de Saúde se há, no Hospital Municipal, equipamentos adaptados para cadeirantes, como, por exemplo, macas.

Justificativa

Segundo o parlamentar, é preciso que o poder público esteja preparado para atender toda a população, o que inclui os pacientes com deficiência. "O assunto pessoa com deficiência vem sendo pauta de diversas discussões", lembra o vereador, ao afirmar que o setor de Saúde tem o dever de estar envolvido nestas discussões e, mais que isso, atender as reivindicações.

Solicitação

Dona Neide (PMDB) solicitou do Poder Executivo Municipal a recuperação das ruas da cidade que estão com a pavimentação em péssimas condições. Segundo a vereadora, o Município tem realizado uma ação tapa-buracos e isso tem agradado a população atendida. Apesar disso, conta a parlamentar, vários bairros continuam aguardando as ações da Secretaria.

Bairros emergentes

Segundo a parlamentar, é preciso uma atenção especial do poder público aos bairros Jardim Shangri-lá, Vila Nazaré e Jardim São Luiz, bairros cortados pela Estrada Cinco, que precisa urgentemente de reparos. Dona Neide também pediu que o secretário Selton Vieira coloque a equipe para recuperar o Anel Viário, que é muito utilizado pela população e também precisa da ação.

Trabalhos da CPI do Frigorífico fortalecerão pecuária em MT, avalia Maluf

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Guilherme Maluf (PSDB), acredita que os trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Frigoríficos contribuirão para o fortalecimento da pecuária em Mato Grosso. A avaliação foi feita nesta terça-feira (13), durante entrega do relatório final da CPI.
Após receber o documento das mãos do presidente da CPI, deputado Ondanir Bortolini (PSD), Guilherme Maluf parabenizou os membros da comissão pelos trabalhos e destacou a prudência dos apontamentos.
"Precisamos gerar empregos em Mato Grosso e vocês tiveram a sensibilidade de entender que, mais do que uma CPI punitiva, é importante que a CPI possa fomentar um mercado importante, possibilitando a geração de empregos e trazendo dividendos para o nosso estado", declarou.
O relatório final apresentado pela CPI aponta que o estado não conta com uma política definida para instalação de frigoríficos de abate de bovinos. Como saída para o problema, sugere que o estudo realizado durante os 10 meses de trabalho da comissão seja utilizado como subsídio para instalação de novas indústrias e que o mesmo seja constantemente atualizado pela Assembleia Legislativa.